

POLÍTICAS SOCIAIS E OS DETERMINANTES DA CONJUNTURA ATUAL

Ana Luiza Costa Pinheiro
Thaís Gaspar Mendes da Silva
Maria Inez Barboza Marques
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Introdução

Este resumo expandido deriva-se de uma pesquisa de iniciação científica para o ensino médio, em andamento na Universidade Estadual do Paraná, intitulada “Determinantes da conjuntura atual nas políticas sociais brasileiras”. Tal investigação insere-se no campo das Ciências Sociais Aplicadas e busca analisar os determinantes da conjuntura atual e suas repercussões sobre as políticas sociais no Brasil.

Nos últimos anos, observa-se um processo contínuo de desmonte dos direitos sociais e do sistema público de proteção social, marcado por crises econômicas, políticas e institucionais. Nesse contexto, torna-se fundamental analisar como tais transformações impactam a seguridade social e a organização da sociedade brasileira, considerando sua formação histórica e suas particularidades, propósito central desta pesquisa.

Materiais e métodos

A pesquisa possui natureza bibliográfica e vem sendo desenvolvida a partir da seleção, leitura e análise de obras acadêmicas relevantes sobre o tema. Foram utilizados artigos e livros que abordam direitos sociais, políticas sociais, seguridade social e crise do capitalismo.

As etapas metodológicas envolveram a seleção do referencial teórico, a realização de leituras e fichamentos, além de encontros de orientação, os quais contribuíram para o direcionamento teórico e metodológico da pesquisa.

Resultados e Discussão

Os resultados parciais da pesquisa evidenciam avanços significativos na compreensão da crise contemporânea do capitalismo e de suas implicações para as políticas sociais brasileiras. A análise do referencial teórico permitiu identificar que a conjuntura atual não se caracteriza por uma crise conjuntural ou episódica, mas por

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im)pactos sociais”

uma crise de natureza estrutural, com impactos profundos nas dimensões econômica, política e social.

A partir de Netto (2012), compreende-se que a crise do capitalismo assume caráter sistêmico, atingindo a própria lógica de funcionamento do sistema. Diferentemente das crises cíclicas, essa crise promove a intensificação das desigualdades sociais, a precarização das relações de trabalho e o agravamento das expressões da “questão social”. Nesse contexto, observa-se o fortalecimento de estratégias de reestruturação produtiva, financeirização da economia e consolidação do projeto neoliberal, baseado na flexibilização do trabalho, desregulamentação econômica e privatização de serviços públicos.

Em diálogo com essa perspectiva, Mota (2026) contribui para a análise ao evidenciar que a crise da democracia burguesa está intrinsecamente articulada à crise estrutural do capital. A autora destaca o avanço de tendências autoritárias conservadoras e de extrema direita, que operam, muitas vezes, por meio dos próprios mecanismos democráticos. Tal processo contribui para a construção de uma “cultura da crise”, na qual a precarização das condições de vida e a perda de direitos passam a ser naturalizadas, enfraquecendo a capacidade de mobilização coletiva das classes trabalhadoras.

Boschetti (2026), por sua vez, aprofunda a compreensão acerca do caráter contraditório dos direitos sociais no interior do Estado capitalista. Segundo a autora, os direitos sociais não devem ser compreendidos apenas como conquistas históricas da classe trabalhadora, mas também como elementos que integram a lógica de reprodução do capital. Assim, em momentos de crise, observa-se uma tendência de retração desses direitos, com a mercantilização das políticas sociais e a ampliação da dependência dos indivíduos em relação ao mercado. A distinção entre emancipação política e emancipação humana, com base no pensamento de Karl Marx, possibilitou entender que a ampliação de direitos dentro do Estado burguês não elimina a exploração da força de trabalho. Esse movimento intensifica a precarização das condições de vida, amplia a exploração do trabalho e aprofunda as desigualdades, sobretudo em países de capitalismo dependente como o Brasil, onde classe, raça e gênero se interligam na produção dessas desigualdades.

Seguindo essa análise, Cislighi (2026) aponta que a crise atual é multidimensional, envolvendo não apenas aspectos econômicos, mas também políticos, sociais, ambientais e culturais. No caso brasileiro, esse processo se expressa por meio de políticas de austeridade, contrarreformas do Estado, restrições ao financiamento das políticas sociais e ascensão da extrema direita. Destaca-se ainda o papel ativo do Estado na sustentação do neoliberalismo, especialmente por meio da gestão do fundo público em favor do capital financeiro.

Dessa forma, os resultados indicam que as transformações nas políticas sociais brasileiras estão diretamente relacionadas às dinâmicas da crise do capital em sua fase contemporânea. Observa-se um movimento de enfraquecimento do sistema de proteção social, acompanhado pela intensificação das desigualdades e pela precarização das condições de vida da população. Esses elementos evidenciam a necessidade de uma análise crítica que considere as determinações estruturais do capitalismo e suas particularidades no contexto brasileiro.

Como exemplo, destacamos as políticas de previdência social, assistência social e saúde, dentre outras, que vêm passando por processos de restrição de direitos, redução de investimentos públicos e ampliação de mecanismos de focalização e privatização, o que impacta diretamente as condições de vida da população brasileira. Na política de saúde, observa-se o processo de desfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), agravado após a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos por vinte anos, comprometendo a capacidade de resposta do sistema público, especialmente durante a pandemia da Covid-19. Segundo Marques, Mendes e Nakatani (2021), o SUS passou a enfrentar um cenário ainda mais grave de desfinanciamento após a implementação da EC 95, afetando diretamente a população que mais precisa dos serviços públicos de saúde.

Na previdência social, as contrarreformas implementadas a partir da década de 1990 ampliaram o mercado privado de previdência e reduziram o acesso aos direitos previdenciários, favorecendo o processo de financeirização da economia. Moura (2023) afirma que as contrarreformas da previdência e a ampliação do mercado privado visam direcionar o fundo público para o mercado financeiro, intensificando os impactos sobre a classe trabalhadora e restringindo direitos sociais que levaram décadas para serem conquistados.

Já em questão da assistência social, os desmontes se expressam nos cortes orçamentários, na precarização dos serviços públicos e na seletividade do acesso aos benefícios sociais. Oliveira, Nascimento e Silva (2023) destacam que, durante a pandemia, o auxílio emergencial apresentou dificuldades de acesso, longas filas e exclusão de parcela significativa da população vulnerável, evidenciando os limites das políticas seletivas. As autoras também ressaltam que os cortes orçamentários e a precarização das políticas sociais comprometem a universalização dos direitos e ampliam as desigualdades sociais.

Considerações finais

A pesquisa tem possibilitado uma compreensão aprofundada das relações entre crise do capital, políticas sociais e transformações do Estado. Observa-se que o atual contexto é marcado pela intensificação das desigualdades e pela fragilização dos direitos sociais.

É possível compreender que os determinantes da conjuntura atual, marcados pela restrição de direitos, redução dos investimentos públicos, seletividade no acesso às políticas sociais e ampliação de processos de privatização, influenciam diretamente na efetivação da proteção social no Brasil. Esses elementos podem ser observados no desfinanciamento do SUS, nas contrarreformas da previdência social e na precarização da política de assistência social. Assim, verifica-se que tais transformações impactam principalmente a classe trabalhadora e os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade.

Referências

BOSCHETTI, Ivanete. Ofensiva do capital sobre o Estado, os direitos e as políticas sociais. In: CFESS; ABEPSS. Trabalho profissional: questão social e fundamentos teórico-históricos e ético-políticos do Serviço Social: tendências mundiais da crise do capital e ofensiva conservadora. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS; UERN; FUNCITERN, 2026. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5614/it26cX40sZEOm_TXzspq5alrPGodewM.pdf. Acesso em: 3 mar. 2026

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Particularidades da crise no Brasil, conquistas democráticas e limites da cidadania burguesa. In: CFESS; ABEPSS. Trabalho profissional: questão social e fundamentos teórico-históricos e ético-políticos do Serviço Social: tendências mundiais da crise do capital e ofensiva conservadora. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS; UERN; FUNCITERN, 2026. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5614/it26cX40sZEOM_TXzspq5alrPGodewM_.pdf Acesso em: 3 mar. 2026

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 413–429, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2026

MOTA, Ana Elizabete. Crise da democracia burguesa e avanço mundial da extrema direita. In: CFESS; ABEPSS. Trabalho profissional: questão social e fundamentos teórico-históricos e ético-políticos do Serviço Social: tendências mundiais da crise do capital e ofensiva conservadora. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS; UERN; FUNCITERN, 2026. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5614/it26cX40sZEOM_TXzspq5alrPGodewM_.pdf. Acesso em: 3 mar. 2026

GARCIA, Maria Lucia Teixeira. Prefácio. In: PRATES, Jane Cruz; MARQUES, Rosa Maria; ORTH, Thiana (org.). Alterações político-econômicas contemporâneas na América Latina: o caso do Brasil, Cuba e Chile. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2021.

MOURA, Rivânia. O trabalho da/o assistente social em contexto de contrarreforma da previdência social. Disciplina 3 – Aula 5.

OLIVEIRA, Glenda Giordana da Silva de; NASCIMENTO, Larissa Tuane Lima do; SILVA, Riane Reis da. Os desmontes da política de assistência social e os seus reflexos no trabalho profissional da/do assistente social na pandemia da Covid-19. 2023.